



Anais da Assembleia

Nº 029

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 19/91

Data: 04.04.91

SÚMULA: Altera a redação do memorial descritivo contido no artigo 1º da Resolução 146/90.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica alterada a redação do memorial descritivo, contido no art. 1º, da Resolução 146/90, promulgada em 19 de dezembro de 1990, que passa a ser a seguinte:

"Art. 1º - Começa no rio Verde ou Boi Pigúá, no ponto de encontro da linha de divisa entre as colônias Peruibe e Pindorama. Seguindo por esta divisa rumo leste - divisa intermunicipal com Jesuítas - até atingir o rio Central ou Jesuítas, sobe por este - divisa intermunicipal com Nova Aurora e Cafelândia até alcançar a divisa entre as glebas 5 e 6 da colônia Pindorama; segue por essa divisa rumo oeste - divisa intermunicipal com Cafelândia - até alcançar o rio Verde ou Boi Pigúá, desce por este - divisa intermunicipal com Tupãssi e Assis Chateaubriand - até alcançar a linha de divisa entre as colônias Peruibe e Pindorama, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro,
em 04.04.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 21/91

Data: 04.04.91

SÚMULA : Autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Entre Rios do Oeste, desmembrando-o de Marechal Cândido Rondon.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Marechal Cândido Rondon,

para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Entre Rios do Oeste.

"Começa no lago de Itaipu, partindo sentido norte-sul, pelo arroio Felicidade, até encontrar a linha divisória da Fazenda Britânia, seguindo pela mesma linha no sentido oeste-leste até encontrar o rio São Francisco, descendo por este sentido leste-oeste, até encontrar o lago de Itaipu, descendo pelo mesmo em sentido nordeste-sudoeste, até a barra do arroio Felicidade, ponto de partida".

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Inicia na foz do rio São Francisco, no lago do Itaipu; do ponto inicial, sobe o rio São Francisco até a divisa da fazenda Britânia, deste ponto, pela referida divisa até o encontro com o arroio Felicidade, desce pelo mesmo até a sua foz no lago do Itaipu, seguindo pelo antigo leito do rio Paraná (atual lago do Itaipu até a foz do rio São Francisco).

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE ENTRE RIOS DO OESTE

Tem como ponto inicial e final o entroncamento da rua São Francisco com a rua Demétrio Ribeiro, segue pela rua Demétrio Ribeiro até a rua Araguaia, por esta até a rua General João Manoel, por esta até a divisa da chácara 87 (exclusive) até a rua Suburbana, por esta até a rua São Francisco, por esta até o entroncamento da rua Demétrio Ribeiro, ponto inicial final".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro,
04.04.91.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA DE 04 DE ABRIL DE 1991.
QUINTA-FEIRA:

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Domingos Carvalho.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Heinz Herwig, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli,

Artagão Mattos Leão, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Emília Belinati, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, João Preis, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Ovídio Constantino, Rossoni e Toti Colaço (19). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, João Arruda, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colômbino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Hermas Brandão, João Iensen, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur e Severino Félix (35).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação as Atas que acabam de serem lidas. Aprovadas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação).

15 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado Rejeita.

Não há "quórum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 003/91, 016/91, 020/91, 026/91; Vetos Apostos aos Projetos de Lei n.ºs 260/89, 242/90, 613/90, 602/90, respectivamente.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 035/91, 057/91, 061/91, 073/91 e dos Projetos de Resolução n.ºs 011/91 e 020/91.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 062/91
enquadrar, DERCÍ PASQUALOTTO, RG. n.º 476.474-9, funcionário da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, no cargo de Sociólogo, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desta Assembléia Legislativa, com vencimento de CR\$ 76.728,96 (setenta e seis mil, setecentos e vinte e oito cruzeiros e noventa e seis centavos).

(Prot. n.º 164, de 05.01.90)

Palácio "Dezenove de Dezembro",
em 31.01.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

1º Secretário

WERNER WANDERER

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 01/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo.

Data: 02 de abril de 1991

SÚMULA: Indica o nome do Deputado Artagão de Mattos Leão para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Artigo Único - É indicado o nome do doutor Artagão de Mattos Leão para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na vaga decorrente da aposentadoria do conselheiro Antônio Ferreira Ruppel.

"Palácio XIX de Dezembro", em 02.04.91

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 161/91

colocar à disposição do Poder Executivo, o Servidor LUIZ FÁBIO CAMPANA, funcionário efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Secretário de Estado da Comunicação Social, a partir de 15 de março de 1991, sem ônus para este Poder Legislativo.

(Prot. n.º 2494, de 22.03.91).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 162/91

aposentar proporcionalmente nos termos do Art. 138, inciso II, da Lei n° 6174, de 16 dezembro de 1970, combinado com o Art. 35, inciso III, letra "C", da nova Constituição Estadual; e, artigo 140, inciso III; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos, da Lei n° 6174, acima citada, MIGUEL JORGE NASSAR NETO, matrícula 465, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A"- NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e proporcionais, correspondentes à simbologia DAS-4, acrescidos de gratificação de representação incorporada, regulamentada pelo Decreto n° 4640, de 11 de janeiro de 1989; cinco (05) triênios incorporados de acordo com o Art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02/64; cinco (05) quinquênios e um (01) adicional, incorporados; cem por cento (100%) dos respectivos vencimentos, de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984.

(Prot. n° 904, de 05.02.91.)

Palácio "Dezenove de Dezembro",
em 22.03.91.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

1° Secretário

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2° Secretário

Atos da Diretoria Geral:

A DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 041/91

designar, os funcionários ANTONIO GULBINO, ACIR VILETORE e RONALDO BAPTISTA, do Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa de Leis, para comporem Comissão de Sindicância que averiguará as graves denúncias do Deputado Orlando Pessuti, com relação ao Auditório Benedito Lúcio Machado.

(Prot. n° 1635, de 04.03.91).

PORTARIA N° 042/91

suspender, o respectivo contrato de trabalho da funcionária CHINTIA SETOGUTTE, matrícula n° 098, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nesta Casa de Leis, pelo período de noventa (90) dias, a partir de 1° de março de 1991.

PORTARIA N° 043/91

designar os funcionários: JOSÉ ARY NASSIF, GABRIEL LUIZ FRANCESCHI e UMBERTO GOMES, para integrarem a Comissão de Licitação,

criada pelo Decreto Legislativo n° 106/89, de 1° de março de 1989, ficando a mesma subordinada ao Senhor Primeiro Secretário deste Poder.

Gabinete da Diretoria Geral,
em 12.03.91.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12.ª LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e um, às catorze horas, na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniram-se os Senhores Deputados membros efetivos da Comissão de Tomada de Contas: Deputado Nilton Barbosa, Deputado João Iensen, Deputado Antonio Annibelli, Deputado Geraldo Cartário, Deputado Dirceu Manfrinato, Deputado Mário Bezerra, Deputado Luiz Antonio Setti, indicados pelas suas lideranças partidárias, obedecendo o Artigo 41, do Regimento Interno, devidamente convocados pelo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente desta Assembléia Legislativa, para a instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da mesma. Havendo número legal e de acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Antonio Annibelli, que abriu os trabalhos dando início à votação. Procedida a votação foram eleitos por unanimidade os Senhores Deputados Nilton Barbosa e João Iensen para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senhor Presidente eleito, usando da palavra, agradeceu em seu nome e de seu Vice-Presidente a confiança depositada pelos nobres Pares, deixando estabelecido que as reuniões da Comissão serão condicionadas à existência de matéria. Na oportunidade indicou a funcionária Maria Regina Subtil, para Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e para produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Nilton Barbosa, Senhores membros e por mim, Maria Regina Subtil, que secretariei a presente reunião.

Senhores Deputados presentes:

(aa) Deputado JOÃO IENSEN

Deputado ANTONIO ANNIBELLI

Deputado DIRCEU MANFRINATO

Deputado GERALDO CARTÁRIO

Deputado MÁRIO BEZERRA

Deputado LUIZ ANTONIO SETTI

Deputado NILTON BARBOSA - Presidente

Maria Regina Subtil- Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

1.ª SESSÃO-LEGISLATIVA - 12.ª LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e um, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, às 10:00 horas, os membros indicados pelas lideranças para comporem a Comissão de Finanças, com o fim específico de proceder sua instalação e escolha do Presidente e Vice-Presidente. Presidida na forma regimental, pelo Sr. Deputado Algaci Túlio, verificou-se haver número legal, dando-se início aos trabalhos. O Sr. Deputado Hermas Brandão apresenta a indicação que foi consenso das Lideranças na qual são indicados os nomes dos Srs. Deputados Durval Amaral e Mário Bezerra para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A seguir usaram da palavra os Srs. Deputados Orlando Pessuti, Neivo Beraldin e Algaci Túlio. O Sr. Deputado Orlando Pessuti falou sobre as dificuldades que existiram nas reuniões dos Líderes para se chegar a um consenso. Após várias reuniões, os Srs. Líderes concordaram com as indicações ora apresentadas. O Sr. Presidente pergunta se mais algum Deputado gostaria de fazer uso da palavra. Como nenhum Deputado manifestou-se, o Sr. Presidente põe em votação a indicação apresentada, sendo aprovada por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a presente reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
Deputado NELSON GARCIA
Deputado ALCEU SWAROWSKI
Deputado MÁRIO BEZERRA
Deputado JOAO IENSEN
Deputado DURVAL AMARAL
Deputado RENATO ADUR
ALGACI TÚLIO - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente DURVAL AMARAL (PMDB)
Vice-Presidente MÁRIO BEZERRA (PRN)

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente NELSON JUSTUS (PRN)
Vice-Presidente CLEITON CRISÓSTOMO (PMDB)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

Presidente ALCEU SWAROWSKI (PSDB)
Vice-Presidente JOSÉ AFONSO JÚNIOR (PMDB)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Presidente CÉSAR SILVESTRE (PDT)
Vice-Presidente ANTONIO TOTI COLAÇO VAZ

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente SEVERINO FÉLIX (PMDB)
Vice-Presidente ALBINO CORAZZA (PDT)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente RAFAEL GRECA DE MACEDO (PDT)
Vice-Presidente BASÍLIO ZANUSSO (PFL)

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente NILTON BARBOSA (PMDB)
Vice-Presidente JOAO IENSEN (PTB)

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)
Vice-Presidente ELIO LINO RUSCH (PFL)

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (PRN)
Vice-Presidente CARLOS SIMÕES (PMDB)

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Presidente ANTONIO TOTI COLAÇO VAZ (PSDB)
Vice-Presidente EDSON LINO (PMDB)

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente DOMINGOS DE CARVALHO (PRN)
Vice-Presidente LUIZ ANTONIO SETTI (PTB)

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente CLEITON CRISÓSTOMO (PMDB)
Vice-Pres. PLAUTO MIRÓ GUIMARAES (PFL)

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Presidente DÚLIO GENARI (PFL)
Vice-Pres. LUIZ CARLOS MARTINS (PMDB)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de março de hum mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ovídio Constantino, Emília Belinati, Luiz Carlos Martins, Plauto Guimarães, Durval Amaral, Nelson Justus, Erondy Silvério, Antonio Costenaro e Valdir Rossoni. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos agradecendo a presença de todos e dizendo da responsabilidade dos membros que integrarão as Comissões Permanentes da Casa, nos próximos meses, ressaltando a importância da Comissão de Constituição e Justiça, à qual caberá a análise correta, jurídica, legal e constitucional de todas as matérias sujeitas à sua apreciação. Disse, também, do compromisso assumido pelos nobres Pares, com a população, como seus representantes perante o Poder constituído. Afirmou não ter a pretensão de ditar normas, mas junto

com os demais membros desta Comissão - frutos que são de uma nova época, atuar de forma retilínea, correta e imparcial, pautando todos os atos inerentes aos trabalhos, no aspecto legal e constitucional, visando com isto a recuperação da imagem do Poder Legislativo, cujo descrédito ficou comprovado pelas urnas em 03 de outubro de 1990. Dando seguimento aos trabalhos, lida a Ata de Instalação, foi a mesma colocada em discussão, votação e aprovada por unanimidade. A seguir o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins solicitou a palavra para justificar a ausência do Sr. Deputado Carlos Simões e mais, por em discussão a questão da ampliação da competência das Comissões que poderão discutir e votar projetos dispensando a competência do Plenário, sugerindo regulamentação para a tramitação dos mesmos. Além disso, solicitou que sejam fornecidas cópias das Atas das reuniões aos seus membros. O Sr. Deputado Erondy Silvério pediu a palavra para sugerir ao Sr. Deputado Luiz Carlos Martins que encaminhe por escrito sua proposta para que a questão seja analisada e posteriormente incorporada ao Regimento Interno da Casa. O Sr. Presidente faz uso da palavra para dizer que o Regimento Interno é claríssimo quanto à aprovação dos projetos, com o que o Sr. Deputado Luiz Carlos Martins discorda dizendo que no Regimento Interno está estabelecida a competência mas não o trâmite legal. Lido o expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Sr. Presidente esclareceu estar usando o critério de rodízio para a distribuição das matérias, fazendo-o inclusive fora das reuniões para maior agilização dos trabalhos. 01) PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 14/91, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur. Relator Deputado Erondy Silvério. Requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. Deferido. 02) PROJETO DE LEI N° 13/91, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer Favorável. APROVADO. O Sr. Deputado Durval Amaral solicita a palavra para relatar o Projeto de Lei n° 15/91, face o relator, Sr. Deputado Carlos Simões, não ter podido comparecer à reunião. O Sr. Presidente indeferiu tal solicitação com o objetivo de estimular a frequência dos Srs. Deputados às reuniões. 03) PROJETO DE LEI N° 29/91 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 06/91. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião fazendo constar em Ata o voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Deputado Lauro Gentil Portugal Tavares, tendo a aquiescência dos demais membros. Solicita que os Srs. Deputados relatem os projetos a eles distribuídos, com a maior brevidade para a

composição da Ordem do Dia. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA ATA DA 1.^a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de março de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Iensen, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Renato Adur e Albino Corazza. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, agradecendo a presença de todos e a indicação do seu nome para o cargo de Presidente desta Comissão. Salientou ainda que as reuniões serão todas as quartas-feiras, às 13:30 horas, neste local, desde que exista matéria. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 1) PROJETO DE LEI N° 29/91, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 06/91. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer Favorável. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos sete dias do mês de março de hum mil novecentos e noventa e um, reuniu-se a Comissão Permanente de Fiscalização, às 13:30 horas, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos seguintes Deputados: Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, João Iensen, Mário Bezerra e Luiz Carlos Martins, para realizar a Primeira Reunião Ordinária desta Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente Deputado Duílio Genari declarou abertos os trabalhos, tendo sido resolvido que a Comissão se reunirá todas as quintas-feiras às 13:30 horas e analisadas as atribuições específicas desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Sr. Presidente e por mim,

Eliete de Paula X. Ziesemer, Secretária desta Comissão.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Eliete de P. X. Ziesemer - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Erondy Silvério, Luiz Carlos Martins, José Afonso Júnior, Valdir Rossoni, Carlos Simões, Nelson Justus, Mário Bezerra, Plauto Guimarães, Florisvaldo Fier, Emília Belinati, Antônio Costenaro e o Senhor Deputado Algaçi Túlio. Havendo número legal e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos. Lido e respondido o expediente (em anexo) enviado ao Senhor Presidente pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, conforme acordado na reunião próxima passada, passou-se à Ordem do Dia. O Senhor Deputado Florisvaldo Fier pede a palavra para sugerir votação em bloco dos vetos com prazo vencido, cujos pareceres são pelo arquivamento. Tal sugestão colocada em votação pelo Senhor Presidente, foi aprovada por unanimidade. 01) Proposição Veto n. 04/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 07/90, que veta o Projeto de Lei n. 210/89. Relatora: Deputada Emília Belinati. Parecer pelo arquivamento. Deferido. 02) Proposição Veto n. 010/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 047/90, que veta o Projeto de Lei n. 329/88. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer pelo arquivamento. Deferido. 03) Proposição Veto n. 079/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 096/90, que veta o Projeto de Lei n. 082/90. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 04) Proposição Veto Parcial n. 081/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 097/90, que veta parcialmente o Projeto de Lei n. 132/88. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 05) Proposição Veto n. 095/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n. 138/90, que veta o Projeto de Lei n. 024/90. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 06) Proposição Veto n. 098/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/157/90, que veta o Projeto de Lei n. 020/90. Relatora: Deputada Emília Belinati. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 07) Proposição Veto n. 100/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT

n. 159/90, que veta o Projeto de Lei n. 159/90. Relator: Deputado Mário Bezerra. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 08) Proposição Veto n. 101/90, Ofício DTL n. 160/90, que veta o Projeto de Lei n. 160/90. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 09) Proposição Veto n. 102/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 161/90, que veta o Projeto de Lei n. 273/90. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 10) Proposição Veto n. 109/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT 165/90, que veta o Projeto de Lei n. 208/90. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 11) Proposição Veto Parcial n. 110/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 175/90, que veta parcialmente o Projeto de Lei n. 293/90. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 12) Proposição Veto n. 115/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 168/90, que veta o Projeto de Lei n. 204/89. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 13) Proposição Veto n. 116/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 171/90, Projeto de Lei n. 227/90. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 14) Proposição Veto n. 147/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 220/90, que veta o Projeto de Lei n. 294/90. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 15) Proposição Veto n. 148/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 221/90, que veta o Projeto de Lei n. 359/89. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 16) Proposição Veto n. 153/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 249/90, que veta o Projeto de Lei n. 424/90. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 17) Proposição Veto n. 155/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício n. DTL/SAT n. 251/90, que veta o Projeto de Lei 394/90. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 18) Proposição Veto n. 163/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 278/90, que veta o Projeto de Lei Complementar n. 11/90. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 19) Proposição Veto n. 165/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 280/90, que veta o Projeto de Lei n. 433/90. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 20) Proposição Veto n. 181/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n. 373/90, que veta o Projeto de Lei n. 365/90. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer pelo arquivamento.

Aprovado. 21) Proposição Veto Parcial n.º 182/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n.º 377/90, que veta parcialmente o Projeto de Lei n.º 546/90, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 22) Proposição Veto n.º 004/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/n.º 013/91, que veta o Projeto de Lei n.º 554/90. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer Favorável - Aprovado. 23) Proposição Veto n.º 005/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/ n.º 014/91, que veto o Projeto de Lei n.º 536/90. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer Favorável - Aprovado. 24) Proposição Veto n.º 007/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DLT/SAT/ n.º 015/91, que veta o Projeto de Lei n.º 360/90. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer Favorável - Aprovado. 25) Proposição Veto n.º 010/91 de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/ n.º 24/91, que veta o Projeto de Lei n.º 040/90. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer Favorável - Aprovado. 26) Proposição Veto n.º 015/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/ n.º 048/91, que veta o Projeto de Lei n.º 580/90. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer Favorável - Aprovado. 27) Proposição Veto Parcial n.º 024/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/n.º 082/92, que veta Parcialmente o Projeto de Lei n.º 644/90. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer Favorável - Aprovado. 28) Proposição Veto n.º 027/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/n.º 90/91, que veta parcialmente o Projeto de Lei n.º 573/90. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável - Aprovado. 29) Proposição Veto n.º 28/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT/ n.º 096/91, que veta o Projeto de Lei n.º 002/91. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável - Aprovado. 30) Projeto de Lei n.º 030/91, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer Favorável - Aprovado. 31) Projeto de Resolução n.º 15/91, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável - Aprovado. 32) Projeto de Lei n.º 010/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 03/91. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer no sentido de solicitar depoimento junto ao Doutor Moacir Hércules de Souza, liquidante do BADEP. DEFERIDO. O Senhor Deputado José Afonso Júnior pede a palavra para perguntar se o projeto encontra-se em Regime de Urgência. O Senhor Deputado Nelson Justus esclarece não haver requerimento de pedido de urgência anexado ao projeto. 33) Projeto de Lei n.º 019/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 004/91. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Fa-

vorável - Aprovado. 34) Projeto de Lei n.º 014/91, de autoria do Deputado Duílio Genari e outros. O Senhor Deputado Mário Bezerra, designado Relator, após ler o projeto com parecer favorável, passa a comentar a estranheza de tal fato. O Senhor Deputado Antonio Costenaro diz ser praxe da Casa, a aprovação de tais proposições, face a dificuldade das viúvas de antigos políticos que tanto se dedicaram em prol do povo. O Senhor Deputado Florisvaldo Fier diz da inconstitucionalidade de tal propositura, pois conforme o Princípio da Isonomia, contido no art. 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a Lei, e concedendo pensão à determinadas viúvas estaríamos descumprindo tal princípio constitucional. Por isso manifesta-se contrário ao projeto. O Senhor Presidente usa da palavra para alertar aos nobres Pares que não apresentem projetos inconstitucionais que ocasionam problemas ao bom funcionamento e conceito da Casa. Diz ainda, que este caso específico seria matéria pertinente à Câmara de Vereadores por tratar-se de ex-Prefeito e ex-Vereador. Apela novamente que os Senhores Deputados atenham-se aos parâmetros legais e constitucionais dentro desta Comissão. O Senhor Deputado Erondy Silvério solicita a palavra para dizer que sempre votou contra tais projetos que ferem o direito de igualdade de todos perante a lei, portanto seu voto é contrário ao projeto. O Senhor Carlos Simões também manifesta-se contrário à propositura. O Senhor Presidente toma a palavra para sugerir que o Senhor Deputado Mário Bezerra apresente seu parecer na próxima reunião para que seja então posto em votação. O Senhor Presidente comunica que tendo em vista o início da Sessão Plenária encerrará a reunião. EM TEMPO: A Senhora Deputada Emília Belinati pede a palavra para comunicar a presença do Senhor Promotor de Justiça, Olímpio de Sá Sotto Maior Neto, Presidente do Conselho Estadual de Proteção ao Menor. Na oportunidade a Senhora Deputada manifesta-se contrariamente à Proposição Veto n.º 007/91, aposto ao Projeto de Lei n.º 360/90, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, recebendo total apoio de seus Pares, manifestando-se a favor do Projeto e contra o Veto Governamental. Aprovado. O Senhor Deputado Erondy Silvério pede a palavra para alertar à assessoria dos Senhores Deputados que ao elaborarem os pareceres sobre vetos governamentais que se manifestem não pela manutenção ou não do veto e sim pela sua possibilidade de apreciação pelo Plenário. O Senhor Presidente comunica a interrupção da reunião

face a Sessão Plenária que se inicia propondo a continuação da mesma para amanhã, dia treze de março às 13:30 horas. Determina também que a reunião para a oitiva do Doutor Moacir Hércules de Souza, será no dia quatorze do corrente mês, às 10:00 horas da manhã.

Dando continuidade à reunião, no dia 13 de março de um mil novecentos e noventa e um, às 13:30 horas, na sala de reunião das comissões, compareceram os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Presidente; Carlos Simões, Mário Bezerra, Valdir Rossoni, Emília Belinati, Nelson Justus, Hermas Brandão, Antonio Costenaro, Plauto Guimarães, João Iensen, José Afonso Júnior, Florisvaldo Fier, Rafael Greca, Lourenço Fregonese e mais o Senhor Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente, declarou aberto os trabalhos, passando à Ordem do Dia. 01) Projeto de Resolução n° 016/91, de autoria da Comissão Executiva, suspendendo por trinta dias o mandato do Deputado José Artur Ritti, conforme especifica. O Relator do presente projeto, Senhor Deputado Carlos Simões, solicita ao Senhor Presidente, prorrogação de prazo com base no art. 73, § 1°, do Regimento Interno. Tal solicitação é indeferida, tendo como fundamentação o art. 51, § 1°, do mesmo Regimento, que concede prazo de 10 dias para parecer, com possibilidade de prorrogação por mais 5 dias. O Senhor Relator apresenta então, requerimento no sentido de obter informações da Mesa Executiva para instruir seu parecer. Tal requerimento também é indeferido pelo Senhor Presidente. O Senhor Deputado Luiz Carlos Martins pede a palavra para apresentar seu voto em separado, manifestando-se pela devolução do projeto à Mesa, que dispõe de dados referentes à frequência, controle de presenças, devendo o Senhor Deputado José Artur Ritti dirigir-se a Ela para registrar sua justificativa. O Senhor Presidente usa da palavra para afirmar que a defesa do Senhor Deputado, sujeito à suspensão, foi oferecida quando anexou ao projeto um atestado médico. O Senhor Deputado Carlos Simões insiste no seu pedido de diligência. O Senhor Deputado Valdir Rossoni pede a palavra para manifestar sua surpresa perante a justificativa médica contida no projeto, pois diferentes justificativas foram apresentadas à imprensa e outras pessoas. O Senhor Deputado Carlos Simões, usando da palavra, esclarece que o que pretende com o pedido de informações é a elucidação dos fatos. O Senhor Presidente volta a advertir que os Senhores Deputados se atenham ao aspecto legal, constitucional e jurídico da questão, e que a Comissão Executiva estabelecerá punição ao Deputado faltoso. Diz, ainda, que o comportamento do Senhor Depu-

tado Ritti é lamentável, face à repercussão negativa que atinge aos demais Deputados assíduos às sessões Plenárias. Afirma que o Senhor Relator deve pedir o arquivamento do projeto ou devolvê-lo ao Plenário. Indeferido o pedido de informações. O Senhor Deputado Carlos Simões manifesta-se respeitando a decisão do Senhor Presidente. O Senhor Florisvaldo Fier pede a palavra para dizer ser assombroso não fornecer dados para elaboração de pareceres. O Senhor Presidente é taxativo, indeferindo de qualquer forma. O Senhor Deputado Nelson Justus manifesta-se dizendo que o Relator necessita de peças para instruir o parecer, porém a partir do momento que o Deputado faltoso apresentou sua defesa através de atestado médico torna-se desnecessário maiores esclarecimentos. O Senhor Deputado José Afonso pede a palavra para sugerir mudança de relator para tal proposição por encontrar-se o Deputado Carlos Simões em situação similar ao do Senhor Deputado José Ritti, mesmo que em menor escala, perante o Tribunal Regional Eleitoral, tornando-se, portanto, suspeito para emitir o parecer. O Senhor Presidente não acata tal sugestão argumentando que a simples representação não é um pré-julgamento. 02) Projeto de Resolução n° 10/91, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Ovídio Constantino, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. Deferido. 3) Projeto de Lei n° 015/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Carlos Simões. Parecer Favorável. Aprovado. 04) Projeto de Lei n° 18/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César. Relator: Deputado Ovídio Constantino, requer seja o mesmo transformado em diligência junto ao autor. Deferido. 05) Projeto de Lei n° 023/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer Contrário. Aprovado. 06) Projeto de Lei n° 026/91, de autoria do Deputado Carlos Simões. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Favorável. Aprovado. 07) Proposição Veto n° 076/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 86/90, que veta o Projeto de Lei n° 161/90, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi. Relator: Deputado Carlos Simões. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 08) Proposição Veto n° 078/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 095/90, que veta o Projeto de Lei n° 027/90. Relator: Deputado Valdir Rossoni. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 09) Proposição Veto n° 094/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL/SAT n° 130/90, que veta o Projeto de Lei n° 038/90, de autoria do Deputado Valderi Vilela. Relator: Deputado Carlos Simões. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 10) Proposição Veto n°

108/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 170/90, que veta o Projeto de Lei n° 046/90, de autoria do Deputado João Arruda. Relator: Deputado Valdir Rossoni. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 11) Proposição Veto n° 111/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 166/90, que veta o Projeto de Lei n° 270/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator: Deputado Valdir Rossoni. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 12) Proposição Veto n° 140/90, de autoria do Poder Executivo. Ofício DTL n° 222/90, que veta o Projeto de Lei n° 377/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Carlos Simões. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 13) Proposição Veto n° 149/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 225/90, que veta o Projeto de Lei n° 030/90, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator: Deputado Carlos Simões. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 14) Proposição Veto Parcial n° 157/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 272/90, que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 272/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Valdir Rossoni. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 15) Proposição Veto n° 173/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 330/90, que veta o Projeto de Lei n° 503/90, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Carlos Simões. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 16) Proposição Veto n° 179/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 353/90, que veta o Projeto de Lei n° 482/90, de autoria do Deputado Erondy Silvério. Relator: Deputado Valdir Rossoni. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 17) Proposição Veto n° 184/90, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 380/90, que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 499/90, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Valdir Rossoni. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 18) Proposição Veto n° 11/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 25/91, que veta o Projeto de Lei n° 461/90, de autoria do Deputado José Rogério. Relator: Deputado Valdir Rossoni. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 19) Proposição Veto n° 013/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 043/91, que veta o Projeto de Lei n° 539/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Carlos Simões. Parecer pela apreciação em Plenário. Aprovado. 20) Proposição Veto n° 19/91, de autoria do Poder Executivo, Ofício DTL n° 65/91, veta o Projeto de Lei n° 621/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan. Relator: Deputado Ovídio Constantino. Parecer pela apreciação em Plenário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião alertando aos membros da Comissão para a reunião

de amanhã, dia quatorze de março, às 10:00 horas, no "Plenarinho" da Casa, para a oitiva do Doutor Moacir Hercules de Souza, Liquidante do BADEP. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) EVERLEI TEREZINHA CLETO

Secretária

LCM/AL/217

Curitiba, 06 de março de 1991.

Ilustríssimo Senhor

Deputado Colombino Grassano

Mui Digno Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

N/EDIFÍCIO

Senhor Presidente:

Conforme sua orientação, em reunião ontem realizada, e procurando levantar subsídios que possam orientar a todos nós, membros dessa Comissão, estamos pedindo suas amáveis providências, no sentido de esclarecer o que se segue:

1. - No artigo 27, Inciso II do Regimento Interno, temos:

"II - discutir e votar projetos, dispensando a competência do Plenário, salvo de houver recurso de um décimo dos membros da Assembléia Legislativa, para as seguintes matérias:

- a) de cidadão honorário e benemérito;
- b) de utilidade pública;
- c) convênios;
- d) doações de imóveis pelo Poder Público."

2. - No artigo 33, parágrafo 2°, há a discriminação das funções da Comissão de Constituição e Justiça, que deve posicionar-se sobre todas as proposições, em seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa;..." e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

...

XII - declaração de utilidade pública de associações civis.

3. - Nos demais parágrafos, em que se mencionam as atribuições de cada Comissão Permanente, não encontramos citação específica dos itens do inciso II do artigo 27, acima transcrito. Como se nota, apenas o item sobre declaração de utilidade pública está contemplado de maneira clara.

Eis aí, Senhor Presidente, a nossa primeira indagação:

A) - Cidadão Honorário e Benemérito, convênios e doações de imóveis, apesar de não constarem especificamente como atribuição exclusiva da CCJ; (como o é para

utilidade pública) devem ser entendidos como de competência exclusiva da CCJ?

4. - Nos artigos 143 e 144, de forma clara, há determinação quanto a necessidade de que qualquer projeto de lei, de resolução ou decreto legislativo, deverá passar por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento. E necessariamente, incluídos na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

5. - Por sua vez, no artigo 170, "salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos".

6. - E no artigo 175, "denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º - entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto medirão vinte e quatro horas".

§ 2º - A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente".

Novas indagações se fazem, Senhor Presidente:

B) - cabendo a CCJ discutir e votar projetos, dispensado o Plenário, qual o procedimento quanto à sua discussão e votação? O Parecer do Deputado Relator, discutido e se aprovado, torna-se objeto de redação final e vai à sanção legal?

C) - como fica o caso do interstício de 24 horas? ou será em votação única?

D) - se houver emendas, acatar-se-á no que couber, o que dispõe o regimento quanto as emendas em projetos de lei? Ou elas serão discutidas e votadas como o Parecer?

Aproveitando o ensejo, Deputado Colombino Grassano, ainda pedimos vênias para manifestar interesse em como proceder, nos seguintes casos:

E) - como saberemos com antecedência, a pauta dos trabalhos das reuniões da CCJ? Entendemos que se houver acesso a esta informação, poderemos nos preparar melhor para a reunião! E se reduzirá o número de pedidos de vistas!

F) - No caso de título de cidadania honorária ou benemérita, considerando a tradição parlamentar, iremos votar através de escrutínio secreto?

G) - Em relação as atas, lembrando de sua observação quanto ao artigo 54, nossa preocupação é que o Diário da Assembléia circula com atraso considerável. E ao nosso ver, é importante o acompanhamento imediato dos trabalhos da CCJ, Imagine-se a ausência numa reunião? De posse da ata, já estaríamos plenamente habilitados na reunião seguinte! Imaginamos facilitar o acesso dos membros da CCJ a ata dos trabalhos, em prazo bem menor daquele da circu-

lação do Diário da Assembléia!

Permita-nos, Deputado Colombino Grassano, Eminentíssimo Presidente da CCJ, ponderar se não seria o caso de elaborarmos um Regimento próprio de trabalho da CCJ!

Eram estas as observações que tínhamos a registrar, Senhor Presidente, e contamos com sua compreensão, no sentido de prestar os esclarecimentos necessários. Move-nos o desejo de trabalhar corretamente, somando sempre, na qualidade de integrante desta Comissão, que reputamos de muita importância!

Na certeza de sua costumeira atenção, desde já antecipamos agradecimentos.

Cordialmente

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Deputado Estadual

O Deputado Luiz Carlos Martins, em ofício endereçado a esta Presidência, levanta oportunas questões sobre o bom funcionamento desta Comissão de Constituição e Justiça, solicitando uma interpretação clara de dispositivos do Regimento Interno.

A primeira indagação do Eminentíssimo Deputado, refere-se ao disposto no Art. 28, inciso II, que diz respeito à competência das Comissões em discutir e aprovar projetos, dispensando a posterior apreciação pelo Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros desta Assembléia Legislativa, para as seguintes matérias:

- a) concessão de título de cidadão honorário e benemérito;
- b) declaração de utilidade pública;
- c) homologação de convênios;
- d) doação de imóveis pelo Poder Público.

Considerando que, destas competências, apenas a de declarar de utilidade pública é atribuída expressamente à CCJ, pergunta o Deputado, se as demais, apesar de não serem claramente explicitadas no § 2º do Art. 33, são atribuições exclusivas desta Comissão.

A resposta, salvo melhor entendimento, pois o Regimento Interno é omissivo neste particular, se nos parece negativa.

Embora esta Comissão deva se pronunciar, obrigatoriamente sobre todas as proposições, sobre o seu aspecto constitucional, legal e técnica legislativa, sempre haverá casos em que a concessão de títulos, homologação de convênios e doação de imóveis tenha ligação estreita com o tema básico de competência de outra Comissão.

Nestes casos, por uma questão de ética parlamentar, examinados os aspectos legais e constitucionais, seria de bom alvitre que o relator opinasse no sentido de que fosse o projeto encaminhado à Comissão específica.

No que tange à segunda questão levan-

tada pelo Nobre Deputado Luiz Carlos Martins, que diz respeito ao número de discussões a que estarão sujeitos os projetos a que se refere o inciso II, do Art. 28, do Regimento Interno, no âmbito desta Comissão.

Neste caso, para que adotemos um procedimento padrão, devemos fazer uso da prerrogativa que nos confere o Art. 170, da mesma Resolução 159/90, para deliberarmos e estabelecermos uma norma definitiva a ser seguida, que seria a seguinte:

I - Para proposições que não venham a receber emendas, votação em um único turno, conjuntamente com o parecer do relator;

II - Para proposições que, por ventura, sejam objeto de emendas, adotar-se-á um segundo turno, onde serão apreciados o projeto, com as emendas e o parecer que as justifique.

Aprovada a proposição, será o projeto encaminhado para processamento e encaminhamento, obedecendo-se o disposto o Art. 52 do Regimento Interno.

No que se refere ao Interstício, tratando-se de matéria regimental (Art. 175 e seus parágrafos), esta Presidência deverá providenciar, que ao se votar uma proposição em segundo turno, as sessões de votação se façam obedecendo o prazo legal.

Esta é, portanto, uma proposta que submeto à votação dos Senhores Membros desta Comissão e que, uma vez aprovada, passará a ser a norma que, doravante, adotaremos.

No que respeita a forma de votação, sobre a qual pede esclarecimento o Deputado Luiz Carlos Martins, temos a responder que, como é de praxe, as votações serão, normalmente, nominais, podendo, a requerimento de qualquer um dos membros desta Comissão, ser secreta para determinado assunto.

Por último, atendendo a reivindicação final do Deputado, esta Presidência está determinando à secretária desta Comissão que, no dia anterior às suas reuniões, faça chegar cópia da ata da sessão anterior e relação de matérias distribuídas aos Senhores Deputados, para que se possa ter idéia dos assuntos que podem ser tratados.

No que respeita à pauta dos trabalhos, quer nos parecer impossível de determinar antecipadamente quais os projetos que cada Deputado relatará na reunião seguinte, por ser esta escolha decorrente de sua preferência pessoal e disponibilidade de tempo.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(a) JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março de um

mil novecentos e noventa e um, reuniu-se no "Plenarinho" desta Casa, às 10:15 horas, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Plauto Guimarães, Emília Belinati, João Iensen, Valdir Rossoni, Mário Bezerra, Rafael Greca, Nelson Garcia, José Afonso Júnior, José Durval Amaral, Ovídio Constantino, Cesar Silvestri, Florisvaldo Fier, membros da Comissão; e mais os Senhores Deputados: Renato Adur, Artagão Mattos Leão, Ernani Pudell e Paulo Maia, para a ouvida do Senhor Liquidante do BADEP, Doutor Moacir Hércules de Souza, convocado por esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre a transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, do BADEP para o BANESTADO. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos que transcorreram conforme NOTAS TAQUIGRÁFICAS, em anexo. Ao encerrar a Sessão Extraordinária, o Senhor Presidente agradece a presença do Doutor Moacir Hércules de Souza, dos Senhores Deputados membros da Comissão e os demais Deputados, convocando nova reunião para a próxima terça-feira, às 13:30 horas, na Sala de Reunião das Comissões. E para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) EVERLEI TEREZINHA CLETO

Secretária

LCM/AL/276

Curitiba, 13 de março de 1991.

Ilmo Sr.

Deputado Colombino Grassano

M. D. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

N/Edifício

Senhor Presidente:

Impossibilitado de comparecer à sessão de amanhã, dessa Comissão, em função de compromisso profissional, solicito suas providências no sentido de que seja registrada minha justificativa, pelo que desde já antecipo os melhores agradecimentos.

Cordialmente

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Membro da Comissão de Const. e Justiça

RESUMO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS REFERENTES
À ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Aberta a Sessão Extraordinária, pelo Senhor Presidente Colombino Grassano, é con-

vidado o Senhor Liquidante extra-oficial do BADEP, economista Dr. Moacir Hércules de Souza para fazer uma explanação sobre sua atividade e sobre a missão de grande responsabilidade que lhe foi confiada. Inicialmente, o Senhor Moacir Hércules esclareceu não ser político e não ter predileção política alguma e mais, que não veio representar ou responder em nome do Banco Central, mas em seu próprio nome, como Liquidante nomeado pelo Banco Central, conforme a Lei n° 6024. Ressaltou estar neste processo há somente 25 dias, não havendo tempo hábil para se assenhorar do que seja o BADEP, o FDE e todas as implicações decorrentes do ato da liquidação. Mesmo não possuindo muitos elementos elucidativos compareceu perante a Comissão de Constituição e Justiça em consideração à Casa, ficando a disposição dos Senhores Deputados e sugerindo, dentro de um prazo razoável, voltar aqui com dados mais concretos para poder responder mais constitucionalmente às perguntas que lhe forem feitas. A seguir passou-se ao questionamento dos Senhores Deputados ao Dr. Moacir Hércules. O Relator do Projeto de Lei em questão, Deputado Nelson Justus, perguntou se com a mudança da razão social do BADEP, face à liquidação extrajudicial, não ficou o FDE acéfalo quanto à entidade responsável pela gestão, e por ser o FDE de natureza contábil, possui personalidade Jurídica? O Dr. Moacir esclareceu não ter ficado o FDE acéfalo, pois o liquidante passa a ser o administrador e com relação à personalidade jurídica do FDE, apesar de não ser advogado, acredita que sim, por haver sido criado por Lei. Levantada a questão da CODEPAR, antecessor do BADEP, pelo Senhor Relator ficou a mesma sem resposta face o Dr. Moacir não haver tomado conhecimento de existência ou não de um interrelacionamento, pois não pode verificar. Quanto à responsabilidade das aplicações do FDE, outra questão argüida, parece ao Dr. Moacir que é do Conselho Investimentos, do qual participam técnicos do BADEP. Passada a palavra ao Senhor Deputado Plauto Guimarães, este pergunta em que fase se encontra o processo, quais as etapas seguintes, o prazo para conclusão do relatório do liquidante e a alternativa para conclusão do processo? Dr. Moacir responde estar o processo em fase de adoção de medidas administrativas visando a contenção de despesas de funcionamento do BADEP, que a atuação do setor de cobranças possibilitou uma elevação das disponibilidades imediatas de maneira bastante substancial. A respeito das etapas a seguir é que a partir do balanço de 05/02/91, será elaborado 1 (um) relatório em 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, contendo sugestões ao Banco Central e as alternativas previstas

em Lei. O prazo total, portanto é de 120 dias a partir de 05 de fevereiro e ainda não há alternativa para a conclusão do processo. Esclareceu ao Senhor Deputado Plauto Guimarães, se possível durante o processo de liquidação, efetuar mudanças de valores e títulos de responsabilidade do liquidado para outras instituições desde que observadas as exposições legais. A seguir, usa da palavra a Senhora Deputada Emília Belinati que quer saber como ficam os contratos já firmados nos quais falta parcelas a serem liberadas e cujas obras já foram iniciadas? Segundo o Dr. Moacir, ficam paradas pois não há condições ou disposição legal para liberar qualquer tipo de recurso existente em caixa do BADEP, que se destinam apenas ao pagamento de despesas de seu funcionamento enquanto não se define o quadro de pessoal. Uma alternativa será transferir estes contratos, após devida autorização legal, por outro agente financeiro. Com a palavra o Senhor Deputado Mário Bezerra, que passa a formular suas perguntas. Se o Dr. Moacir teria condições de fornecer cópia a esta Comissão do expediente que determinou a liquidação do BADEP? Respondeu, ele, que não teve acesso a qualquer tipo de documento do Banco Central que tenha dado origem à liquidação extrajudicial, que esta questão cabe ao Supervisor de Fiscalização do Banco Central, ser inquirido sobre estar sofrendo algum tipo de pressão para consumir o processo de liquidação, respondeu que não e quanto à questão de ficar evidenciado não ser o caso do BADEP de liquidação, se existir a possibilidade de retomada das suas atividades normais, tem certeza que o Banco Central não colocará impedimento para que isto aconteça. Até a demissão de funcionários, diz estar tomando medidas visando a contenção de despesas. Que tem procurado agir com cautela e prudência, mas que é um técnico e suas decisões são baseadas estritamente em critérios técnicos, pois como liquidante é responsável civil e criminalmente, podendo qualquer credor entrar com medida judicial face não estar agindo de modo a diminuir as despesas. Dada a palavra ao Senhor Deputado João Iensen, quer este saber se o Dr. Moacir qualifica os 25 dias de sua gestão como sendo satisfatório, ao que o Dr. Moacir respondeu terem sido dias de muito trabalho mas que correria normalmente, inclusive acima de sua expectativa, e que o pessoal do BADEP tem colaborado de forma impressionante e que o nível de organização da instituição tem auxiliado muito. Que sobre a questão de irregularidades, questionada pelo Senhor Deputado, é um trabalho para a Comissão de Inquérito que foi instalada junto ao BADEP. Com relação às operações, como asseverou o Senhor Governador, des-

providas de garantias reais, não tem condições de responder no momento. Com a palavra o Senhor Ernani Pudell, quer este saber se com a transferência do FDE para outra instituição financeira, poderá liquidar com esperança de saneamento e levantamento de liquidação do BADEP? Dr. Moacir diz ser difícil responder tal pergunta por não ter dados técnicos, diz ainda que não tem conhecimento de que a principal fonte de receita do BADEP é o FDE. Quanto à solicitação de cópia do Projeto Ferroeste, por parte do Senhor Deputado, diz que fornecerá, com todo prazer, desde que lhe seja permitido. Com relação aos funcionários do BADEP, com a liquidação da empresa, será fatalmente discutido no decorrer do processo, neste momento o Senhor Presidente dá a palavra aos demais Deputados que não são membros da Comissão de Constituição e Justiça. O Senhor Deputado Paulo Maia aponta dois fatos propagados pelo Governador que evidencia a liquidação do BADEP: a dívida da CIC e o Grupo Atala e quer saber se de fato foi isto que evidenciou o pedido de liquidação. Dr. Moacir diz que objetivamente não, que não tem condições de responder por não ter recebido o balanço de 05/02, mas que a operação do Grupo Atala pode até ter sido paga. O Senhor Deputado Paulo Maia levanta a questão social que será criada pois não são somente 300 funcionários, mas também suas famílias a serem atingidas com tal liquidação e volta a frisar que a CIC e o Grupo Atala está sendo motivo de mídia do Governo para precipitar uma perda significativa para o Paraná com a liquidação do BADEP. A seguir o Senhor Deputado José Afonso Júnior pergunta ao Dr. Moacir como o Banco Central está em fase de liquidação do BADEP sem autorização do Legislativo? Dr. Moacir diz não caber a ele questionar tal situação, foi apenas nomeado para cumprir uma missão e por não ser advogado desconhece a necessidade ou não de autorização do Poder Legislativo. O Senhor Deputado José Afonso Júnior quer saber ainda se feita a liquidação os devedores do BADEP, estes passariam a ser devedores do Banco Central e quem cobraria a conta? Dr. Moacir responde que a dívida será cobrada pelo BADEP, em liquidação extrajudicial, sem prejuízo dos empresários, pois as cláusulas contratuais continuariam a ser cumpridas na íntegra. Com a palavra o Senhor Deputado Valdir Rossoni que comenta sobre a posição confortável em que se encontra o Dr. Moacir pois tudo o que traria esclarecimento para esta Comissão diz não ter elementos para responder. Pergunta, também, se o retardamento na entrega do balanço é por motivos burocráticos ou o próprio Governador cria impecilhos para ocultar verdades de dentro do BADEP. Dr. Moa-

cir acredita serem os motivos, estritamente técnicos, usando como exemplo a medida provisória 294 que ainda não definiu a questão da correção monetária. Dada a palavra ao Senhor Deputado Durval Amaral, este questiona se existirá participação solidária do Estado contra os devedores ao passivo do BADEP? Dr. Moacir diz não ter condições de responder e afirmar por não ter examinado ainda as operações do BADEP, mas pode ser até que haja uma obrigação do Estado em algum tipo de operação. A seguir o Senhor Deputado Nelson Garcia pergunta da possibilidade da transferência imediata do FDE ao BANESTADO, ao que o Dr. Moacir responde ter que ver as disposições não só no que diz respeito à constituição do fundo, como também à questão da Lei de falência e da Lei n° 6024. Pergunta ainda sobre a opinião do Banco Central sobre os bancos de desenvolvimento, se o BIRD, está fazendo pressão para seu extermínio? e se não caberia à própria Secretaria da Fazenda a gestão do FDE, assegurando assim uma gestão de caráter permanente. Dr. Moacir diz ser esta uma questão política do Governo Federal e não sabe se é fato a pretensão de exterminar, pois não tem acesso a informações para responder. Diante do convite para retornar à Casa com reais dados, Dr. Moacir propõe ao invés de comparecer, desde que haja possibilidade legal, face ao sigilo bancário, fornecer informações, sempre que solicitadas. O Senhor Relator passa a complementar algumas perguntas já feitas aqui: O BADEP em liquidação pode gerir o fundo? Senhor Moacir esclarece que a gerência do fundo cabe ao liquidante e diante do questionamento do Senhor Deputado do porque transferir a gerência do fundo para o BANESTADO, diz não ter condições de responder por ser uma questão de política governamental. Dada a palavra ao Senhor Deputado Renato Adur, este pergunta qual o prazo previsto para a conclusão do processo de liquidação do Banco, a qual é respondida pelo Dr. Moacir que pode ocorrer dentro de 4 meses, mas que há processos que correm há 10 anos. Que a liquidação do Banco é uma das alternativas, podendo outros serem indicados pelo relatório do liquidante, tais como, falência, continuidade do processo de liquidação, transformação ordinária e eventualmente a retomada das atividades da empresa. Sobre a questão do repasse dos recursos do BNDS, esclarece o liquidante que não mais virão, pois parece haver uma resolução do BNDS não transferir recursos para entidade estatais, que estejam inadimplentes ou em Liquidação. Como quitará seu débito junto ao Banco o cliente que recebeu apenas 50% das parcelas, pergunta o Senhor Deputado? Dr. Moacir diz existirem alternativas de transferência do financiamento pendente

para o agente financeiro, através de um aditivo contratual onde se reduziria o percentual de garantias. O Senhor Rafael Greca pergunta se durante a liquidação não mais se concretizarão recursos do BNDS para o Paraná, ao que o Dr. Moacir responde não poder falar em nome do BNDS, diz apenas que pelo BADEP não virão mais até que seja sanada a situação. Dada a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier, comenta este, não entender como pode alguém ser declarado interventor sem tomar conhecimento do relatório que o designa. Dr. Moacir responde ter sido nomeado liquidante e estar cumprindo sua função. Com relação a anunciada venda do imóvel, sede do BADEP, diz ser um ato da gestão anterior, o qual não lhe cabe julgar. Quanto às irregularidades constatadas no curso do processo de liquidação cabe a ele, Dr. Moacir, por obrigação, comunicá-las ao Ministério Público. O Senhor Deputado levanta a questão dos avisos prévios dados a cerca de 60 trabalhadores da instituição questionando se não é um ato precipitado já que existe a possibilidade do BADEP continuar? Inicialmente, Dr. Moacir diz ter assinado 50 avisos prévios, que sua função é de liquidante e que não dispensa todos os funcionários porque não tem todas as informações necessárias, pois caso contrário, se pudesse trabalhar com apenas duas pessoas, teria por obrigação demitir todos os demais, e quanto ao problema trabalhista, está sendo analisado juridicamente. Levantada a questão de altos salários denunciada pela imprensa, pelo Senhor Deputado Florisvaldo Fier, Dr. Moacir diz não saber se uma das causas da liquidação foram os altos salários, pois desconhece do trabalho nesta área técnica para saber se o pessoal do BADEP é bem remunerado, e mais, diz que é de seu conhecimento a capacidade do pessoal. O Senhor Deputado afirma ser o Governo do Estado o dono do BADEP e pergunta quem pagará a conta caso seja liquidado? Dr. Moacir responde que pela lei é o acionista majoritário, que é o Governo do Estado. Dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Bezerra, diz este, não ter chegado a lugar algum com as respostas fornecidas pelo Senhor Moacir, que comenta não ter tido tempo hábil com apenas 25 dias de trabalho numa instituição de 300 e tantos funcionários, envolvendo recursos de cerca de 600 milhões de dólares, um prédio de 16 andares e tudo mais. Diz que apesar de saber não ter podido se assenhorar do processo em tão poucos dias, não poderia se furtar ao convite que lhe foi feito porque poderia parecer que estaria ocultando esclarecimentos e poderia, sua não aceitação, tornar uma conotação política. Com relação às informações por escrito solicitadas a ele por esta Comissão, responderá

com o máximo de prazer, desde que lhe seja permitido legalmente, pois a lei 4595 dispõe sobre o sigilo bancário. Ao ser questionado sobre outros nomes para prestar informações à Comissão, diz ser ele atualmente a responder pelo BADEP, porém antes de 05/02 ficaria a critério da Comissão escolher pessoas dentre administradores e funcionários, a serem convocados, e que acredita terem aquelas pessoas condições de darem melhores detalhes técnicos, e serem mais felizes em suas respostas. Com a palavra o Senhor Ernani Pudell, quer saber se o Dr. Moacir já analisou os créditos do BADEP, se os empréstimos foram feitos de forma regular, salvaguardando o patrimônio do Banco, se o Banco estava empenhado em receber e se há uma expectativa, caso estes créditos sejam recebidos, seja saneado o BADEP? Dr. Moacir esclarece não poder responder sobre as operações em si, por não haver recebido o balanço, mas que os créditos foram recebidos, os motivos que originaram tecnicamente a liquidação, tenderão a desaparecer, questionado pelo Senhor Deputado sobre a capacidade técnica do corpo funcional do BADEP, afirma ser ele inquestionável, bastando como argumento ser o BADEP o maior repassador de recursos do BRDE do Brasil, se a estrutura do pessoal é excessiva devo lembrar que hoje administro um BADEP em liquidação e que talvez em operação normal a estrutura de pessoal fosse até insuficiente pelo trabalho técnico do Banco. O Senhor Deputado como última pergunta indaga ao Doutor Moacir se essa liquidação do BADEP não é apenas uma queima de arquivos para ocultação de operações irregulares que passa ter ocorrido no Banco, ao que ele responde não ter chegado a imaginar tal possibilidade, não ter analisado as operações. Com a palavra o Senhor Deputado Cezar Silvestri, que volta a levantar a questão dos projetos em andamento. Sobre a alternativa de procurarem outro Banco, caso o cliente não consiga o empréstimo, contra quem caberia ação de perdas e danos? Doutor Moacir diz não saber pois não é advogado. O Senhor Deputado Paulo Maia usa da palavra para concluir ser o objetivo não só a liquidação do BADEP mas também de seus funcionários, pois o Governo Federal aguentou situações quase pré-falimentares de Bancos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, repassando a estas instituições valores no montante de 800 bilhões de cruzeiros para garantir a situação caótica em que se encontrava tais Estados. Doutor Moacir, mais uma vez afirma ser um mero funcionário do Banco, não tendo acesso à política. Recebe somente orientação. Para encerrar o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Relator, Nelson Justus, que ao dirigir-se ao Doutor

Moacir diz que a preocupação que tinham ao início da sessão permanecia e que novas indagações surgiram: não houve discussão prévia na Assembléia, a questão do Governo que assume terá que pagar a conta, a transferência do FDE no momento em que o Brasil inteiro acompanhou o problema dos "Royalties", importância esta com destino legal certo, não podendo jamais ser utilizado para sanear esta ou aquela instituição. Daí o porque em ter feito aquela pergunta ao Senhor, de que, se o Banco em extinção pode gerir o FDE, porque razão se está transferindo ao BANESTADO? E, maior preocupação ainda é que o BNDS não está repassando recursos ao Estado e as dificuldades que estão passando os empresários que firmaram contratos e têm créditos a receber. Diante do exposto, lhe pergunto Dr. Moacir, devemos transferir o FDE ao BANESTADO? Dr. Moacir diz não caber a ele a resposta, apenas observa as possibilidades legais. O Senhor Deputado Nelson Justus, em sua última pergunta coloca a questão de que se tem muita gente perdendo com este processo ao que o Dr. Moacir concorda dizendo que em todo o processo de liquidação há prejuízo sem dúvida alguma. Concedido tempo pela Mesa, para suas considerações finais. Dr. Moacir agradece pela gentileza das perguntas e se desculpa por não ter respondido satisfatoriamente, e dispõe-se a retornar para maiores esclarecimentos. O Senhor Deputado Rafael Greca pede a palavra, como membro da Comissão, para manifestar-se sobre o conflito existente entre o sigilo bancário e a necessidade de obtenção das informações por parte do colegiado da Assembléia. Sugere à Comissão de Constituição e Justiça a averiguação dentro das possibilidades desta para criação de uma Comissão Técnica de alto nível, com pessoas até da iniciativa capaz de colher as informações para instruir o Parecer, pois não tem cabimento fazer-se Pareceres no escuro, e mais que se interogue o nobre Liquidante do BADEP para que ele não responda nada. Enfatizou da necessidade do Senhor Relator ser convenientemente instruído, caso contrário a Assembléia vai declarar a sua própria impotência de ser Poder Legislativo, Poder Regulador e de ser espaço onde se constrói o bem comum. O Sr. Presidente esclarece ao Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo que compete ao Sr. Relator, de acordo com o Regimento Interno pedir as informações necessárias a quaisquer órgãos. O Sr. Relator agradece ao nobre Deputado Rafael Greca pela sugestão, e diz acreditar ser esta a forma de proceder, solicitando ao Senhor Presidente mais tempo para elaboração do Relatório. Para finalizar o Sr. Presidente agradece o comparecimento do Dr. Moacir Hércules, liquidante do BADEP, bem como

aos membros da Comissão de Constituição e Justiça e demais Srs. Deputados presentes. Encerra-se a Sessão, convocando a próxima para 3.^a feira, às 13:30 horas na Sala de Reuniões das Comissões.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se, na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Colombino Grassano, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Carlos Simões, Nelson Justus, Erondy Silvério, Ovídio Constantino, Antonio Costenaro, Luiz Carlos Martins, Emília Belinati, Plauto Guimarães, José Afonso Júnior, Durval Amaral, Rafael Greca, Geraldo Cartário, Lourenço Fregonese, Cesar Silvestri, e mais os Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Artagão de Mattos Leão e Ernani Pudell. Havendo número legal o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, dispensando a leitura da Ata, por ter sido distribuída aos titulares da Comissão no dia de ontem, sendo a mesma, aprovada, apenas com uma ressalva do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins que esteve presente à reunião anterior, porém deixou de constar seu nome em Ata. Registrada a observação acima, passou-se à leitura do expediente. O Sr. Presidente comunica o recebimento de ofício governamental solicitando a devolução de todas as mensagens governamentais, para serem encaminhadas ao 1.^o Secretário da Casa. Esclarece, ainda, aos Srs. Deputados que não puderam comparecer, ontem, à sessão plenária, que ficou decidido que todo parecer que a Comissão de Constituição e Justiça opinar pelo arquivamento, será arquivado diretamente. Ressaltou, ser esta decisão um reforço que se dá a esta Comissão. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 1) Ofício, de autoria do Deputado Antonio Bárbara, que requer pronunciamento da Comissão da Constituição e Justiça. Relator Deputado Valdir Rossoni. Parecer pelo arquivamento - Aprovado. 2) Indicação, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a campanha publicitária TV-Governo Álvaro Dias. Relator Deputado Antonio Costenaro. Parecer Favorável - Aprovado. 3) Projeto de Resolução n.^o 11/91, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão, que altera o memorial descritivo contido no artigo 1.^o da Resolução n.^o 151/90. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer pela apreciação em plenário - Aprovado. 4) Projeto de Resolução n.^o 012/91, de autoria do Deputado Duílio Genari e outros, que altera a redação do memorial descritivo, contido no art 1.^o da

Resolução n° 146/90. relator Deputado Antonio Costenaro. Parecer Favorável - Aprovado. 5) Projeto de Resolução n° 014/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Mato Rico. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer Favorável - Aprovado. 6) Projeto de Resolução n° 016/91, de autoria da Comissão Executiva, que fica suspenso por 30 (trinta) dias, o mandato do Deputado José Artur Ritti, conforme especifica. Relator Deputado Carlos Simões. Parecer pela apreciação em Plenário - Aprovado. 7) Projeto de Resolução n° 017/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell e Durval Amaral, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Oguatemi do Paraná. Relator Deputado Ovídio Constantino. Requer diligência aos autores. Deferido. 8) Projeto de Resolução n° 018/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e outros, que revoga a Resolução n° 051/91, que autoriza a realização de plebiscito para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pontal do Paraná. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável - aprovado. 9) Projeto de Resolução n° 021/91, de autoria do Deputado Élio Rusch, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Entre Rios do Oeste, demembrando-o de Marechal Cândido Rondon. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer pela apreciação em plenário - Aprovado. 10) Projeto de Lei n° 011/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Higienópolis - AMOHI", com sede nesta Capital. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável - Aprovado. 11) Projeto de Lei n° 014/91, de autoria do Deputado Duílio Genari e outros, que concede pensão mensal à Emília Decarli Piazza, viúva do ex-Prefeito e ex-vereador do Município de Toledo. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer Contrário-Aprovado. 12) Projeto de Lei n° 017/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que declara de Utilidade Pública a "Assistência Social e Educacional do Movimento Bíblico", com sede e foro no Município de Ponta Grossa, estado do Paraná. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer no sentido de aguardar nesta Comissão até completar 1 (um) ano de personalidade jurídica - Aprovado. 13) Projeto de Lei n° 022/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário Ribeiro, que declara de Utilidade Pública o "Departamento Educacional e Social da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico", com sede e foro em Curitiba. Relator Deputado Mário Bezerra. Re-

quer diligência ao autor. Deferido. 14) Projeto de Lei n° 24/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza a implantação de laboratórios de prótese dentária. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável - Aprovado. 15) Projeto de Lei n° 025/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o memorial descritivo contido no artigo 2° da Lei n° 9236, de 30 de abril de 1990. (Município de Tunas). Relator Deputado Rafael Greca. Parecer pela apreciação em Plenário - Aprovado. 16) Projeto de lei n° 027/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o "Departamento Educacional da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus", com sede nesta Capital. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Contrário - Aprovado. 17) Projeto de Lei Complementar n° 031/91, de autoria do Deputado Renato Adur, que institui a Microrregião de Pitanga. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável - Aprovado. 18) Projeto de Lei n° 032/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti que cria o Município de Tereza Cristina, com território desmembrado do Município de Cândido de Abreu, com limites e confrontações do atual Distrito. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Requer diligência ao autor. Deferido. 19) Projeto de Lei n° 034/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, que estabelece critérios para a efetuação de repasses de recursos do Tesouro Estadual aos Municípios, mediante a prévia assinatura de termo de Co-Operação, firmados para o pagamento de Professores municipais que prestam serviços junto à rede estadual de ensino, bem como os critérios para prestação de contas por parte dos municípios ao órgão repassador dos recursos. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável - Aprovado. 20) Projeto de Lei n° 037/91, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos de Excepcionais" - APAE, do Município de Ibema. Relator Deputado José Afonso Júnior. Requer diligência ao autor. Deferido. 21) Projeto de Lei n° 038/91, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão, que altera a redação do memorial descritivo do art. 1° da Lei n° 9533, de 14 de janeiro de 1991, que cria o Município de Laranjal, desmembrado do Município de Palmital. Relator Deputado Carlos Simões. Parecer Favorável - Aprovado. 22) Projeto de Lei n° 039/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que concede à Sra. Maria Bateloqui viúva do ex-Prefeito de Guairaçá Sr. Armando João Bateloqui, uma pensão mensal. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer Contrário - Aprovado. O Senhor Deputado Nelson Justus argui se a sua solicitação de prorrogação

de prazo deferida para o Projeto de Lei n° 10/91 fica prejudicada face a avocação de todas as mensagens pelo Senhor Governador. O Senhor Deputado Orlando Pessuti, Líder do PMDB, pede a palavra para comunicar que algumas mensagens serão apreciadas pela Casa e uma delas é a que trata da transferência do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para o BANESE, cujo relator é o Sr. Deputado Nelson Justus. E, que o Sr. Governador remeterá à Casa, outro ofício dando continuidade à tal proposição. O Sr. Presidente determina, então, que o Projeto continue com o Relator. 23) Projeto de Lei n° 40/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post-mortem" ao Senhor Joaquim Penido Monteiro. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável - Aprovado. 24) Projeto de Lei n° 41/91, de autoria do Deputado João Arruda, que concede pensão mensal a viúva do ex-Prefeito do Município de Enéas Marques, Sr. Atilio Chaves da Silva. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer Contrário - Aprovado. 25) Projeto de Lei n° 42/91, de autoria do Deputado João Arruda, que concede pensão mensal para a viúva do ex-Prefeito Ivo Pedro Feiten, do Município de São João. Relator Deputado Carlos Simões. Parecer Contrário - Aprovado. 26) Projeto de Lei n° 43/91, de autoria do Deputado João Arruda, que concede pensão mensal a viúva do ex-Prefeito de Francisco Beltrão, Sr. Antonio de Paiva Cantelmo. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer Contrário - Aprovado. 27) Projeto de Lei n° 45/91, de autoria de Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Recuperação do Alcoólatra, com sede e foro na Comarca de Andirá. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer Favorável - Aprovado. 28) Projeto de Lei n° 46/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que suprime o Parágrafo Único do artigo 1° da Lei n° 9264, de 24 de maio de 1990. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável - Aprovado. 29) Projeto de Lei n° 47/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que isenta os maiores de sessenta e cinco anos de pagamento das taxas para expedição de segunda via de Certidão de Nascimento, Casamento e Óbito. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer Favorável - Aprovado. 30) Projeto de Lei n° 52/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proprietários e Moradores do Conjunto Residencial Fazendinha" - APROMOCARF. Relator Ovídio Constantino. Requer diligência ao autor. Deferido. 31) Projeto de Lei n° 53/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede o Título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná a Excelentíssima Senhora Edite Pizzatto. Re-

lator Deputado Mário Bezerra. Parecer Favorável - Aprovado. 32) Projeto de Lei n° 54/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Creche Nossa Sra. de Lourdes", com sede e foro em Apucarana. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer Favorável - Aprovado. 33) Proposição-Veto n° 002/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 240/89, que veta o Projeto de Lei n° 165/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que acresce §§ e itens a Lei n° 1211, de 16 de dezembro de 1953. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer Favorável - Aprovado. 34) Proposição - Veto n° 005/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 15/90, que veta o Projeto de Lei n° 364/89, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, que altera o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 35) Proposição-Veto n° 006/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 16/90, que veta o Projeto de Lei n° 014/89, de autoria do Deputado Raul Lopes, que dispõe sobre a criação de turma especial preparatória para vestibular na rede oficial de ensino do Estado do Paraná. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 36) Proposição-Veto-Parcial n° 008/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 18/90, veta parcialmente o Projeto de Lei n° 182/89, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a proceder a desapropriação de terras em Marilândia do Sul. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer Contrário - Aprovado. 37) Proposição-Veto n° 009/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 21/90, que veta o Projeto de Lei n° 090/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que autoriza o Poder Executivo a reduzir para 20 (vinte) horas semanais, a jornada de trabalho do servidor público estadual legalmente responsável, por excepcional em tratamento especializado. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 38) Proposição-Veto-Parcial n° 45/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 050/90, que veta o Projeto de Lei n° 10/90, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, conforme específica. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 39) Proposição-Veto n° 60/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 61/90, que veta o Projeto de Lei n° 015/90, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Hermas Brandão, que dispõe sobre o Quadro Próprio dos Trabalhadores em Transporte Marítimos

e Fluviais no Estado, conforme especifica. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 40) Proposição-Veto n° 80/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 94/90, que veta o Projeto de Lei n° 022/90, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, a elaborar o plano de cargos e salários de seus funcionários estatutários. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 41) Proposição-Veto n° 088/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 123/90, que veta o Projeto de Lei n° 025/90, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que cria no âmbito do Instituto de Previdência do Estado, o Hospital do Servidor. Relator Deputado Antonio Costenaro. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 42) Proposição-Veto n° 089/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 124/90, que veta o Projeto de Lei n° 023/90, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.), relativas às contribuições previdenciárias patronais. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer Contrário - Aprovado. 43) Proposição-Veto n° 95/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/CC/n° 138/90, que veta o Projeto de Lei n° 024/90 de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que dispõe sobre as taxas de energia elétrica, água e esgotos nos estabelecimentos de Ensino Público, serão de responsabilidade do Governo do Estado conforme especifica. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer pelo arquivamento - Aprovado. Em tempo: A Proposição-Veto n° 095/90, constou, equivocadamente, da Ata do dia 12.03.91. 44) Proposição-Veto n° 097/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício n° DTL/CC/n° 140/90, que veta o Projeto de Lei n° 017/90, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que assegura a insenção de I.C.M.S. nas vendas de tijolos e telhas de barro diretamente da indústria ao adquirente, conforme especifica. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 45) Proposição-Veto n° 099/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/ n° 158/90, que veta o Projeto de Lei n° 098/90, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que concede pensão mensal a Senhora Santoro Urbano, viúva de João Urbano, ex-Prefeito de Nova Esperança. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 46) Proposição-Veto n° 105/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 147/90, que veta o Projeto de Lei n° 026/90, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que

isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS), na aquisição de Veículos para serviço de Táxis de profissionais autônomos no Estado do Paraná. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 47) Proposição-Veto n° 113/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 169/90, que veta o Projeto de Lei n° 047/90, de autoria do Deputado João Arruda que concede pensão de 2 (dois) salários-mínimos para a viúva do ex-Prefeito Atilio Chaves da Silva, do Município de Enéas Marques. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 48) Proposição-Veto n° 114/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 173/90, que veta o Projeto de Lei n° 178/90, de autoria do Deputado Basílio Zanusso e outros, que cria "ad referendum" do resultado do Plebiscito, o Município de Alto Alegre, desmembrado do Município de Colorado e com as divisas que especifica. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 49) Proposição-Veto n° 127/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 143/90, que veta o Projeto de Lei n° 39/90, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que assegura reserva de 20% das vagas a alunos carentes nos estabelecimentos de ensino particular. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 50) Proposição-Veto n° 128/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício n° SAT/ n° 177/90, que veta o Projeto de Lei n° 104/90, que dispensa o requisito referente a idade, quando de habilitação para concurso público no Estado, os servidores estaduais que exerçam cargo em comissão por mais de 04 (quatro) anos consecutivos ou não. Relator Deputado Antonio Costenaro. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 51) Proposição-Veto-Parcial n° 129/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 185/90, que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 349/88, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 132/88, que objetiva autorizar a mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar os bens imóveis onde se acha instalada a Prisão Provisória de Curitiba, sita à Av. Anita Garibaldi n° 750 e que compreendem duas áreas conforme especifica. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 52) Proposição-Veto-Parcial n° 139/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 181/90, que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 300/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Associação Projeto Vizinhanças Beneficiárias dos Moradores do Bairro de Cima" - PROVIZAM, com sede nesta capital. Relator Deputado Rafael

Greca Parecer Contrário - Aprovado. 53) Proposição-Veto n° 141/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 208/90, que veta o Projeto de Lei n° 045/90, de autoria do Deputado João Arruda, que concede pensão de 2 (dois) salários-mínimos para a viúva do Senhor Antonio de Paiva Cantelmo, ex-Prefeito de Francisco Beltrão. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 54) Proposição-Veto n° 142/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 211/89, que veta o Projeto de Lei n° 188/89, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que assegura aos dependentes do Policial Civil e Militar mortos em serviço, a percepção de um pecúlio, a ser pago pelo Estado. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 55) Proposição-Veto n° 143/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 216/90, que veta o Projeto de Lei n° 285/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão e outros que obriga os órgãos da administração direta, indireta, fundações e empresas de economia mista do Estado, a encaminhar ao exame e aprovação da Assembléia Legislativa todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso cuja utilização deva ser por sua administração. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 56) Proposição-Veto Parcial n° 145/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 212/90, veta parcialmente o Projeto de Lei n° 204/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 75/90, o qual cria o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 57) Proposição-Veto n° 146/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 215/90, veta parcialmente o Projeto de Lei n° 335/90, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que institui a "Semana do Vestuário do Paraná" a ser comemorada na Cidade de Cianorte. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 58) Proposição-Veto-Parcial n° 152/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 240/90, que veta parcialmente o Projeto de Lei n° 393/90, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação aos artigos 2° e 4° da Lei n° 9.105, de 23 de outubro de 1.989. (remuneração do servidor público), Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 59) Proposição-Veto-Parcial n° 154/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 250/90, veta parcialmente o Projeto de Lei n° 440/90, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem n° 155/90, que altera a partir de 01/09/90, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro Geral do Estado, instituídos pela Lei n° 7424, de 17/12/80, bem como dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das autarquias do Poder Executivo. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 60) Proposição-Veto n° 158/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 271/90, veta o Projeto de Lei Complementar n° 371/90, de autoria do Deputado David Cheriegate, que institui a Região Metropolitana de Cascavel, e dá outras providências. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 56) Proposição-Veto n° 159/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 273/90, veta parcialmente o Projeto de Lei n° 333/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Associação Alírio Pfiffer", com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 62) Proposição-Veto n° 161/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 275/90, veta o Projeto de Lei n° 278/90, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Cecília Meireles, de 2° Grau sediado em Tupãssi. Relator Deputado Antonio Costenaro. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 63) Proposição-Veto n° 162/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 276/90, veta o Projeto de Lei n° 427/90, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que dá nova denominação à Escola Estadual Barão do Rio Branco, em Piraí do Sul, Estado do Paraná. Relator Deputado Carlos Simões. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 64) Proposição-Veto n° 168/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 294/90, veta o Projeto de Lei n° 198/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que inclui categoria funcional de Museólogo, Padrão I, no Plano de classificação de cargos do Estado do Paraná. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 65) Proposição-Veto n° 170/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 311/90, veta o Projeto de Lei n° 450/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a doar a Associação Nacional Anti-Drogas, área conforme especifica. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 66) Proposição-Veto-Parcial n° 171/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 310/90, veta parcialmente o Projeto de Lei n° 514/90, que cria a Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná, integrada pelos ocu-

pantes de empregos e cargos públicos de Advogados e Assistentes Jurídicos estáveis da Administração direta e Autárquica do Estado do Paraná, conforme especifica. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 67) Proposição-Veto n° 172/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 329/90, veta o Projeto de Lei n° 395/90 de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a participação do Estado no módulo industrial do xisto (empreendimentos em fase de conclusão pela Petrobrás, situado em São Mateus do Sul). Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 68) Proposição-Veto n° 180/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 360/90, veta o Projeto de Lei n° 488/90, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a Estadualizar o Colégio Cenecista Marechal Artur da Costa e Silva, ensino de 1° Grau, no Município de Japira. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer Contrário - Aprovado. 69) Proposição-Veto n° 183/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 378/90, veta parcialmente o Projeto de Lei n° 513/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 178/90, que aprova créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado no montante de Cr\$ 275.123.649,00, conforme especifica. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 70) Proposição-Veto-Parcial n° 186/90, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 386/90, veta parcialmente o Projeto de Lei n° 501/90, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o orçamento próprio da administração indireta e o Orçamento de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista para o exercício financeiro de 1.991. Relator Deputado Antonio Costenaro. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 71) Proposição-Veto n° 001/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 20/91, veta o Projeto de Lei n° 391/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o porte de arma aos Oficiais de Justiça e dá outras providências. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 72) Proposição-Veto n° 002/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/SAT/n° 19/91, veta o Projeto de Lei n° 572/90, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão, que acrescenta artigos à Lei n° 9295, que cria a Universidade do Centro Oeste do Paraná. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 73) Proposição-Veto n° 006/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 001/91, veta o Projeto de Lei n° 329/85, de autoria do Deputado Ru-

bens Bueno, que dá nova redação e acresce parágrafo ao artigo 16 da Lei Complementar n° 14, de 26/05/82, conforme especifica (Polícia Civil). Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 74) Proposição-Veto-Parcial n° 008/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 21/91, veta parcialmente o Projeto de Lei n° 560/90, de autoria do Poder Executivo, que estende aos ocupantes de nível universitário da administração direta e autárquica do Poder Executivo, inclusive os inativos a gratificação de responsabilidade técnica prevista pela Lei n° 9.049, de 06/07/89. Relator Deputado Antonio Costenaro. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 75) Proposição-Veto n° 012/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 42/91, veta o Projeto de Lei n° 605/90, de autoria da Procuradoria da Justiça, que concede aos ocupantes de cargos de nível universitário do Quadro de Pessoal da PGE, a gratificação de responsabilidade técnica. Relator Deputado Ovídio Constantino - Parecer Favorável ao arquivamento - Aprovado. 76) Proposição-Veto n° 14/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 47/91, veta o Projeto de Lei n° 578/90, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão, que concede uma pensão mensal a Sra. Maria de Lourdes Mendes de Camargo, viúva do ex-Prefeito de Guarapuaça. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 77) Proposição-Veto n° 017/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 63/91, veta o Projeto de Lei n° 612/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu o imóvel que especifica. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável pelo arquivamento - Aprovado. 78) Proposição-Veto n° 018/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 064/91, veta o Projeto de Lei n° 614/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 79) Proposição-Veto n° 020/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 68/91, veta o Projeto de Lei n° 613/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 80) Proposição-Veto n° 21/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 69/91, veta o Projeto de Lei n° 615/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza

Curitiba, quinta, em 04.04.91

o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, os imóveis que especifica. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 81) Proposição-Veto n° 022/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 075/91, veta o Projeto de Lei n° 041/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que concede transporte coletivo intermunicipal, gratuito para maiores de 65 anos de idade, em todo território paranaense. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 82) Proposição-Veto n° 023/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 080/91, veta o Projeto de Lei n° 626/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que cria a Região Administrativa de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 83) Proposição-Veto n° 25/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 87/91, veta o Projeto de Lei n° 074/89, de autoria do Deputado Antonio Bárbara, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marialva, o lote 3/72, sub-divisão do lote 72 da Gleba Patrimônio Marialva, conforme especifica. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. 84) Proposição-Veto n° 030/91, de autoria do Poder Executivo - Ofício DTL/n° 99/91, veta o Projeto de Lei n° 254/86, de autoria do Deputado Acir Mezzadri, que dá nova redação ao inciso III, do art. 15 da Lei n° 4.338, de 25/01/61, conforme especifica. (Altera divisas do Município de Balsa Nova). Relator Deputado Carlos Simões. Parecer Favorável pela apreciação em Plenário - Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO

Secretária

e assinaturas ilegíveis.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a retirada do Projeto de Lei n° 014/91.

Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada em definitivo do Projeto de Lei n° 014/91 de 20 de fevereiro de 1991 de sua autoria.

Gabinete do Deputado, em 13.03.91.

(a) DUÍLIO GENARI

Curitiba, 18.03.91

Of. ATG 0010/91

Senhor Presidente.

Solicito os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de serem remetidos ao Palácio Iguaçu, em devolução, todos os processos oriundos e de interesse do Poder Executivo, ora em tramitação nessa Assembléia Legislativa.

Antecipando agradecimentos e certo da colaboração de Vossa Excelência, subscrevo-me

Atenciosamente.

(a) ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Governador do Estado

Exmo Sr.

Deputado ANIBAL KHURY

Presidente da Assembléia

Legislativa do Estado.

NESTA

Curitiba. 19.03.91

OFÍCIO ATG 0017/91

Senhor Presidente:

Em aditamento ao Ofício ATG 0010/91, que dirigi ontem a Vossa Excelência, solicito sejam mantidos na Assembléia Legislativa, para os devidos procedimentos, os seguintes Projetos de Lei:

1. N° 010/91 - Dá nova redação ao art. 4° da Lei n° 4.529, e ao art. 7° da Lei n° 5.515 (Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE);

2. N° 019/91 - Ficam criados no Quadro de Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, empregos que especifica.

Com antecipados agradecimentos pela colaboração, renovo a Vossa Excelência as expressões do meu distinguido apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado ANIBAL KHURY

Presidente da Assembléia Legislativa

do Estado

N/ CAPITAL

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Iensen, Mário Bezerra e Nelson Garcia.

Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, solicitando ao Secretário que proceda a leitura

da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 019/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 004/91, que visa criar no Quadro de Pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, os empregos que especifica. Relator Deputado Mário Bezerra. Lê o Parecer e informa aos Senhores Deputados que este Projeto de autoria do Poder Executivo, visa criar os empregos que especifica, mas não menciona os respectivos valores. Por outro lado sugere, que nos próximos projetos dessa natureza, o Senhor Presidente solicite os valores. Parecer Favorável - Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(a) DURVAL AMARAL

Presidente
Wilson Penka
Secretário

COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos quatorze dias do mês de março de mil novecentos e noventa e um, reuniu-se a Comissão Permanente de Fiscalização, às 13:30 horas, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos seguintes Deputados: João Iensen e Luiz Carlos Martins, para realizar a 2.^a Reunião Ordinária desta Comissão. Não havendo número legal, o Senhor Presidente Deputado Duílio Genari declarou transferida a reunião para data a ser designada. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente e por mim, Eliete de Paula X. Ziesemer, Secretária desta Comissão.

(a) DUÍLIO GENARI

Presidente
Eliete de P. X. Ziesemer
Secretária

COMISSÃO DE TURISMO

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a Presidência do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes Senhores Deputa-

dos: Élio Lino Rusch, Lourenço Fregoneze e Heinz Georg Herwig. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Fazendo o uso da palavra o Senhor Presidente participou a intenção de realizar uma reunião com os membros da Comissão no Município de Foz do Iguaçu, com a rede hoteleira, agentes de viagem e imprensa, daquele Município. Tendo essa reunião o objetivo de melhorar a estrutura do turismo no Estado, os Senhores Deputados presente discutiram sobre a proposta apresentada, a qual foi aprovada por unanimidade. Sendo assim o Senhor Presidente manterá contato com os interessados daquela região, para marcar a data da reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Delôra T. Bueno Ferreira do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) DOBRADINO DA SILVA

Presidente
Delôra F. do Amaral Carvalho
Secretária

12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO ESPECIAL para opinar sobre a indicação do Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, nos termos do título V, Capítulo VI, do Regimento Interno.

Aos vinte e um dias do mês um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão Especial, constituída para opinar sobre a indicação do Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Antonio Ferreira Rüppel, conforme prevê o artigo 77, da Constituição Estadual e artigos 216 a 233 do Regimento Interno. A reunião foi presidida pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, contando com a presença dos demais membros da Comissão, Senhores Deputados: Plauto Guimarães, Durval Amaral, Cezar Silvestri, José Afonso Júnior e mais o Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão. Havendo número legal o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Relator Deputado Durval Amaral, que lê o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/91, de autoria da Comissão Executiva, como foram atendidas as exigências constitucionais e regimentais, seu parecer é favorável para que a indicação seja objeto de apreciação em Plenário, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para constar e

Curitiba, quinta, em 04.04.91

produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados presentes e por mim Everlei Terezinha Cleto, Secretária da Comissão.

(a) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
Everlei Terezinha Cleto
Secretária